

Relatório Anual – Anexo à Prestação de Contas
PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
Processo de Acompanhamento e Monitorização

O presente relatório visa dar cumprimento ao estabelecido no n.º 2 do art. 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, o qual refere que “todos os municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL”.

O PAEL, tinha por objetivo a regularização do pagamento de dívidas dos municípios, na altura, registadas há mais de 90 dias da DGAL, à data de 31 de março de 2012.

Era, e foi para o Município de Ílhavo, o instrumento perfeito, para a partir daí tornar os prazos de pagamento a fornecedores, razoáveis e nunca superiores a 90 dias da data de vencimento, de acordo com a Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

E, de facto, o relatório infra e os respetivos quadros demonstram uma alteração substancial da posição económico-financeira e até orçamental do Município de Ílhavo.

Um dos pressupostos da concretização dos objetivos do PAEL / LCPA era a tomada de um conjunto de decisões a nível do condicionamento da despesa que articulada com medidas de maior taxaço de alguns impostos e aumento de outras receitas permitisse algum equilíbrio das contas dos Municípios.

Não foi o caso do Município de Ílhavo, porque desnecessário ou extemporâneo, e até porque o Programa II do PAEL era nesse aspeto menos exigente.

De facto, e conforme foi referido aquando da candidatura do Município de Ílhavo ao PAEL, muitas das medidas para a redução da despesa e que correspondiam a uma exigência dessa mesma candidatura, tinham já sido tomadas por esta Câmara Municipal, estando todas elas, consequentemente, implementadas.

Por isso, mais do que retratar a implementação ou não de medidas importa dar conta dos resultados já obtidos por comparação entre os valores anuais de 2010 e 2013.

Proveitos Totais:

Esta rubrica, de proveitos totais, integra todos os proveitos do Município, sejam eles operacionais, financeiros e extraordinários, que tem mantido um comportamento uniforme, com exceção do ano de 2012 e sabendo-se que o valor de 2013 integra cerca de 1,0M€ relativos à avaliação geral de IMI e que integra ainda 0,5M€ de subsídios para investimentos, contabilizado pela primeira vez por força da conclusão da atualização do património municipal.

Nos proveitos destacam-se os impostos e taxas com um aumento de 1.621.568,55€.

Salienta-se neste grupo, o comportamento do IMI – Impostos sobre Imóveis, com mais 1.097.219,92€, sendo que 946.616,86 € correspondem ao aumento relacionado com a avaliação geral dos prédios.

	2010	2011	2012	2013
Proveitos Totais	20.963.904,65 €	20.070.536,88 €	18.165.590,97 €	20.292.667,96 €
Impostos e Taxas	7.472.731,53 €	7.471.126,90 €	7.163.492,31 €	8.785.060,86 €
Imp. Municipal s/ Imóveis	4.259.697,90 €	4.437.721,17 €	4.694.886,92 €	5.792.106,84 €

Custos Totais:

Foi neste grupo, custos totais, aquele que integra todos os custos do Município, sejam eles operacionais, financeiros e extraordinários, que se notou a eficácia da tomada das múltiplas decisões de gestão que foram e continuam ainda hoje a ser tomadas.

O seu valor decresceu significativamente, mais de 20% se compararmos 2013 com 2010, com uma descida de 4.073.384,53€ e 914.941,64€ entre 2012 e 2013.

	2010	2011	2012	2013 *
Custos totais	17.849.475,64 €	16.311.243,02 €	14.691.032,75 €	13.776.091,11 €

* Expurgado o valor das amortizações do exercício

Das várias rubricas que contribuíram para este sucesso e que foram referenciadas no plano de redução de despesas que integrava o processo de candidatura, podemos destacar:

Custos com o Pessoal:

	2010	2011	2012	2013
Custos totais	6.560.831,86 €	6.511.762,19 €	5.151.002,51 €	4.613.032,56 €

Nota-se um contínuo decréscimo nos últimos quatro anos, nos custos com o pessoal, cifrando-se em 1.947.799,30€ a variação entre 2010 e 2013, embora cerca de 1,4M€ respeite a custos com pessoal não docente das Escolas, cuja competência foi entretanto devolvida ao Ministério da Educação.

A restante diminuição justifica-se com a redução com o número de trabalhadores, em regra, aposentados, sem a correspondente substituição.

Custos Financeiros:

	2010	2011	2012	2013
Custos totais	852.082,64 €	1.007.636,93 €	1.028.677,89 €	384.588,15 €

Resultado do cumprimento dos prazos estabelecidos pelos fornecedores para liquidação dos seus documentos e consequentemente a diminuição de débito de juros de mora, nota-se uma descida bastante significativa de 2013 comparativamente com o ano anterior, neste caso 62,61%.

Tal foi possível com o recurso ao PAEL, com uma taxa de juros bem inferior ao que seria suportado caso continuássemos a dever a fornecedores.

Rendas e Alugueres:

	2010	2011	2012	2013
Final do ano	234.659,89 €	178.533,02 €	166.008,29 €	134.180,90 €

A percentagem de redução é superior a 40%, sendo bastante significativa estabelecendo o paralelismo entre os anos 2010 e 2013.

Despesas de comunicações:

	2010	2011	2012	2013
Final do ano	240.935,39 €	127.611,22 €	107.512,96 €	112.475,58€

O quadro supra demonstra uma redução de mais de 50% em 2013 comparativamente com o exercício de 2010, nas despesas de comunicação a que não é estranho um procedimento concursal de consulta ao mercado bem como a aprovação de um regulamento de utilização dos telemóveis.

Despesas de vigilância e segurança:

	2010	2011	2012	2013
Final do ano	155.119,72 €	149.831,63 €	117.954,58 €	105.017,44 €

Igualmente fruto da adjudicação a novos prestadores de serviços em resultado da abertura de procedimento concursal foi possível proceder à redução aproximada de 32% nos custos entre 2010 e 2013, conforme quadro acima.

Horas extraordinárias:

	2010	2011	2012	2013
Final do ano	131.594,87 €	60.105,22 €	38.534,27 €	27.574,27 €

Nesta área foram tomadas nos últimos anos medidas que fizeram diminuir de forma brutal estas despesas que ainda em 2010 se cifravam em 131.594,87€.

Uma melhor reafetação de pessoal, a contratualização da gestão de água e saneamento com a empresa AdRA, Águas da Região de Aveiro, S.A., em 2010, conjuntamente com mais 10 municípios, o qual permitiu a libertação de alguns trabalhadores que não foram cedidos a essa empresa e conseqüente aproveitamento dos mesmos, a dedicação cada vez maior dos trabalhadores à causa pública, a alteração do horário de funcionamento de alguns equipamentos municipais, designadamente culturais, a aplicação das 40 horas, e o próprio custo do vencimento dos trabalhadores e a menor percentagem no custo de hora extra, são alguns dos motivos que explicam esta baixa acentuada no valor das horas extraordinárias.

Mesmo a nível de investimento reduziu-se de forma significativa o seu valor.

O quadro seguinte, demonstra essa afirmação.

Investimentos em obras:

	2010	2011	2012	2013
Final do ano	15.267.975,97 €	8.163.947,47 €	7.304.602,04 €	2.841.500,87 €

O Município de Ílhavo aquando da adesão ao PAEL, referiu que, para além da redução de custos também o nível de investimento, se tinha e teria que ser adaptado à nova realidade económica e financeira do País, e até porque o QREN se encontrava em fase de conclusão e por algum compasso de espera pelo novo quadro comunitário.

No final de 2013, o seu valor corresponde aproximadamente a 20% do valor realizado em 2010, ou cerca de 40% do realizado em 2012.

Redução de pessoal:

Redução/Anos	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13
Número de trabalhadores CMI*	224	232	216	210
Redução entre 31-12-2010 e 31-12-2013	6,25%			
Redução entre 31-12-2012 e 31-12-2013	2,78%			

*Fonte: Balanço Social. O número de trabalhadores indicados não integra os professores contratados para atividades de enriquecimento curricular, bem como o pessoal dirigente, ou seja respeita apenas a pessoal com contrato de trabalho por tempo indeterminado

Da análise do quadro supra, podemos concluir que a Câmara Municipal, com exceção de 2011, ano em que regularizou, através de procedimentos concursais, um conjunto vasto de situações de funções que estavam a ser exercidas quer por pessoal avençado quer por pessoal em contrato, tem vindo a reduzir de forma significativa o seu “quadro” de pessoal, verificando-se uma diminuição em cerca de 6% do que existia em 2010 e de 2,78% entre 2012 e 2013.

No quadro seguinte podemos constatar os principais indicadores a que as Autarquias estão sujeitas, e cuja evolução resultam em grande medida da adesão ao PAEL, sem prejuízo da otimização de receitas e condicionamento de despesas.

Indicadores/Data	30/09/2012	31/12/2013 (provisório)
Prazo médio de pagamentos (pmp)	285 dias	15 dias
Itens ultrapassados Saneamento Financeiro	3	0
Itens ultrapassados Reequilíbrio Financeiro	1	1
Endividamento líquido	546.869 margem	6.807.857 margem
Endividamento a médio e longo prazo	1.645.173 margem	2.892.503 excesso
Pessoal ao serviço (inclui Prof.s Aecs e GAP/V e pessoal dirigente)	302	257

Como se pode verificar pela análise do quadro, o pmp desceu significativamente, passando de 285 dias em set/2012 para 15 dias em dez/2013 (dados provisórios).

Verifica-se igualmente que o Município excedia, em setembro de 2012, trimestre anterior ao recebimento da primeira tranche do PAEL, 3 dos 4 itens de controlo do Saneamento Financeiro e 1 dos 6 itens do Reequilíbrio Financeiro. Já no 4º trimestre de 2013, constata-se que nenhum dos 4 limites de saneamento financeiro é ultrapassado pelo Município de Ílhavo, sendo apenas um item ultrapassado no reequilíbrio financeiro.

Quanto ao endividamento líquido, comprova-se que a margem que o Município de Ílhavo já tinha em setembro de 2012, mais do que decuplicou se comparado com Dezembro de 2013, com 6.807.857€.

Já o endividamento a médio e longo prazo passou de 1.645.173€, em margem, em setembro de 2012 para um excesso em dezembro de 2013, de 2.892.503€, motivado pelo financiamento PAEL recebido, que se recorda, atingiu os 7.560.615,70€ dos 8.794.812,25€ contratados.

Mais se acrescenta que a adesão ao Programa II do PAEL exigiu a aprovação e aplicação dos seguintes Regulamentos:

- Regulamento de Recursos Humanos;
- Regulamento de Utilização e Cedência de Viaturas e Máquinas Municipais;
- Regulamento de Processos de Execuções Fiscais e Procedimentos de Execução de Coimas.

O qual se concretizou com a sua aprovação na reunião de Câmara Municipal de 06 de fevereiro e na reunião da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro, ambas de 2013 e publicados por edital de 28/02/2013.

Os citados regulamentos estão insertos em <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/66Ílhavo>

Ílhavo, aos 09 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal

/ Fernando Fidalgo Caçoilo /